

GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O Estado da Bahia continua obtendo bons resultados nas contas públicas, mantendo o equilíbrio fiscal e cumprindo todos os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Também vem atendendo às metas do Programa de Ajuste Fiscal e desenvolvendo novas ações para a melhoria da qualidade do gasto, crescimento da arrecadação, sempre enfocando os princípios da transparência, seriedade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, mas ainda assim o Governo do Estado investiu, em 2005, R\$ 2,5 bilhões, tomando por referência o Plano Plurianual, ou R\$ 1,1 bilhão se considerado o conceito contábil de investimento.

O resultado primário foi de R\$ 896 milhões, a relação entre a despesa de pessoal e a receita corrente líquida correspondeu a 48,7% e a dívida consolidada líquida do Estado equivale hoje a 1,17 vez a receita corrente líquida, mantendo-se bem abaixo do limite de duas vezes, estabelecido pelo Senado Federal. Em 2002 essa relação era de 1,82 vez.

O desempenho das finanças públicas tem conferido a credibilidade dos organismos financeiros internacionais. Em 2005, foram negociados financiamentos externos para projetos no valor de US\$ 594 milhões, garantindo recursos para as áreas rural e urbana.

A receita arrecadada representou 16% do Produto Interno Bruto – PIB baiano, estimado em cerca de R\$ 90 bilhões, sendo que em 2004 a relação foi de 14,6%. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS apresentou

também um incremento de 3,8% quando comparado ao do exercício de 2004, alcançando R\$ 6,9 bilhões.

Cabe registrar as inovações no âmbito da gestão organizacional das finanças públicas, voltadas para o desempenho das atividades de atendimento, fiscalização e cobrança e da continuidade do Programa de Modernização da Secretaria da Fazenda – Promosefaz, que, em 2005 investiu na modernização do parque tecnológico; no desenvolvimento do Sistema de Gestão de Planejamento e Finanças – SGPF, e na capacitação dos servidores da área financeira. Foram também desenvolvidas a reestruturação do Sistema de Apropriação de Custos Públicos – ACP e a recuperação de receitas inscritas em Dívida Ativa, que apresentou um crescimento de 102% em relação ao exercício de 2004.

Desde janeiro de 2005, nas vendas de mercadorias para o Estado e os Municípios, as empresas fornecedoras passaram a emitir a nota fiscal no site da SEFAZ, através do sistema Compra Legal, no canal de finanças públicas. A obrigatoriedade eliminou a possibilidade de fraudes e de uso de documentos inidôneos nas vendas à administração pública.

O Compra Legal tornou mais eficiente e menos burocrático o controle dos gastos públicos, além de permitir a conferência automática da situação cadastral da empresa antes da compra, evitando o uso de notas fiscais irregulares e com problemas só detectados posteriormente.

Ao longo do exercício de 2005, a Bahia aplicou 113,8% no pagamento dos professores do ensino fundamental, através de recursos resarcidos pela União vinculados ao Fundef, superando em quase duas vezes a proporção constitucional de 60%. Também os gastos com as ações e serviços de saúde superaram o limite constitucional de 12% da receita líquida sobre impostos e transferências.

Também foi dada continuidade à exitosa trajetória do Programa de Educação Tributária, com os projetos "Sua nota é um show" e "Sua nota é um show de solidariedade", voltados à conscientização sobre a função social dos tributos, ampliando o seu alcance, gerando incrementos na arrecadação de notas e cupons e nas destinações a projetos sociais. Já o projeto "Faz Universitário" teve o mérito reconhecido, com a concessão do prêmio Top Social, atingindo um total de 37 empresas parceiras. Um quarto projeto, o Educação Fiscal nas Escolas, foi deflagrado em 2005, com a sensibilização de alunos do ensino médio, capacitação de professores e publicações didáticas.

Cumprindo a exigência da publicidade das contas públicas, conforme prescreve a LRF, o Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda – SEFAZ,

vem disponibilizando, desde 2004, as informações referentes ao desempenho do Estado, relativamente aos limites da citada lei, através do site Prestando Contas ao Cidadão.

FINANÇAS PÚBLICAS

Composição das Receitas Públicas

Atingindo um montante de R\$ 14,4 bilhões, correspondente a 93,4% do valor orçado para o exercício, a Receita Total realizada pelo Governo do Estado, em 2005, apresentou, em relação à arrecadação de 2004, um crescimento nominal de 10,7% e um crescimento real de 4,7%, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

A receita arrecadada em 2005 representa cerca de 16% do PIB baiano, estimado em torno de R\$ 90 bilhões, sendo que em 2004 esta relação foi de 14,6%.

Conforme demonstrado na Tabela 1, na composição da receita total do Estado, 3,7% são receitas de capital e 96,3% são receitas correntes. Do to-

Tabela 1

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA
BAHIA, 2004/2005**

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZADO (R\$ 1.000,00)			VARIAÇÃO (%)
	2005	2005	2004	(%)		
Receitas Correntes	14.343.488	13.918.446	12.522.783	97,0		11,1
Receita Tributária	7.466.667	7.649.955	7.259.580	102,5		5,4
ICMS	6.788.996	6.877.127	6.625.528	101,3		3,8
Outros Tributos	677.671	772.828	634.052	114,0		21,9

continua

conclusão da Tabela I

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADO (R\$ 1.000,00)		(%)	VARIAÇÃO (%)
	2005	2005	2004		
Receita de Contribuições	1.549.176	1.499.138	1.080.803	96,8	38,7
Receita Patrimonial	222.318	176.929	146.441	79,6	20,8
Receita Agropecuária	1.213	21	7	1,7	200,0
Receita Industrial	94	-	-	-	-
Receita de Serviços	93.287	57.336	725.890	61,5	-92,1
Transferências Correntes	5.037.961	4.796.591	3.351.412	95,2	43,1
FPE	2.615.129	2.814.825	2.249.069	107,6	25,2
Outras Transferências	2.422.832	1.981.766	1.102.343	81,8	79,8
Outras Receitas Correntes	1.192.583	955.881	1.061.422	80,2	-9,9
Conta Retificadora	(1.219.811)	(1.217.405)	(1.102.772)	99,8	10,4
Receitas de Capital	1.131.152	528.547	525.864	46,7	0,5
Operações de Crédito	799.782	253.844	314.140	31,7	-19,2
Operações de Crédito Internas	414.645	134.153	79.118	32,4	69,6
Operações de Crédito Externas	385.137	119.691	235.022	31,1	-49,1
Alienação de Bens	149.102	245.447	40.149	164,6	511,3
Amortização de Empréstimos	3.229	2.712	2.490	84,0	8,9
Transferências de Capital	175.589	26.536	169.081	15,1	-84,3
Outras Receitas de Capital	3.450	8	4	0,2	100,0
TOTAL	15.474.640	14.446.993	13.048.647	93,4	10,7

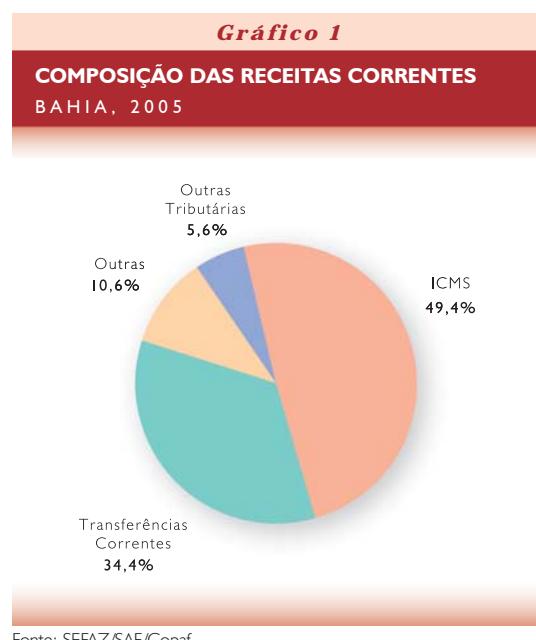
Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

tal destas, as receitas tributárias, que em sua maior parte (89,9%) são compostas pela arrecadação de ICMS, totalizaram R\$ 7,6 bilhões em 2005, representando 55% do total das receitas correntes.

As receitas correntes apresentaram, em 2005, um crescimento nominal de 11,1% em relação ao ano de 2004, atingindo R\$ 13,9 bilhões, cuja composição encontra-se disposta no Gráfico I.

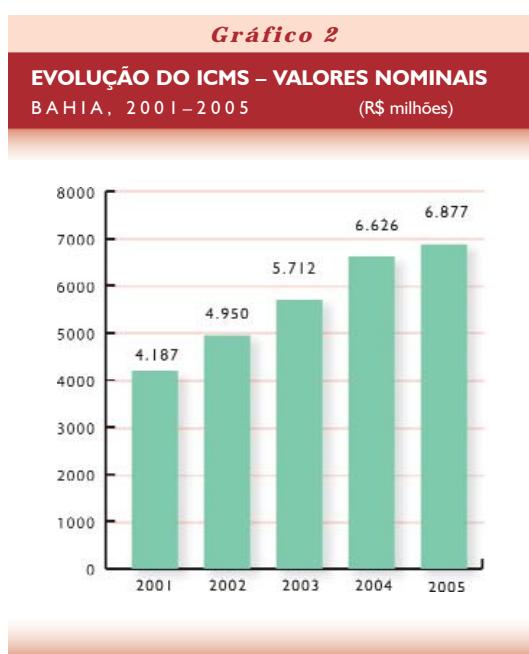
O ICMS apresentou um crescimento nominal de 3,8% em relação ao exercício de 2004 e alcançou R\$ 6,9 bilhões. Este desempenho, que foi obtido sem que tenham ocorrido elevações de alíquotas nem ampliação da base tributada, mantém a evolução observada nos últimos anos e evidencia o êxito do Governo do Estado nas suas ações de esforço fiscal e modernização da máquina fa-

zendária. A arrecadação do ICMS, em relação ao PIB, manteve-se na mesma proporção de 2004, de



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

aproximadamente 7,4%. O Gráfico 2 apresenta a evolução do ICMS para o período 2001–2005.



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

O Fundo de Participação dos Estados – FPE, que representa 58,7% das transferências correntes, totalizou R\$ 2,8 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 25,2% em relação a 2004. Em 2005, o Estado recebeu R\$ 36 milhões em transferências da União em função do Programa de Parcelamento Especial de Débitos, que não vinha sendo repassado aos Estados desde 2003. O Gráfico 3 apresenta a evolução do FPE para o período 2001–2005.

A recuperação de receitas inscritas em Dívida Ativa em 2005 registrou o valor de R\$ 19,6 milhões, representando um crescimento de 102% em relação ao exercício anterior, evidenciando uma maior eficiência do Governo do Estado quanto a esses créditos públicos, graças a um trabalho de aperfeiçoamento das normas pertinentes.

As receitas de capital, que totalizaram R\$ 528,5 milhões em 2005, referem-se às operações de crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais, às alienações de bens e às transferências de capital.

A receita de alienação de bens, que no ano de 2005 atingiu o valor de R\$ 245 milhões, ou 46,4% das receitas de capital, deve-se, quase na sua totalidade, ao leilão dos créditos da Habitação e Urbanização da Bahia S.A. – Urbis, perante o Fundo de Compensação das Variações Salariais, que o Governo do Estado alienou junto a instituições financeiras. O Gráfico 4 apresenta a composição das receitas de capital para o exercício de 2005.

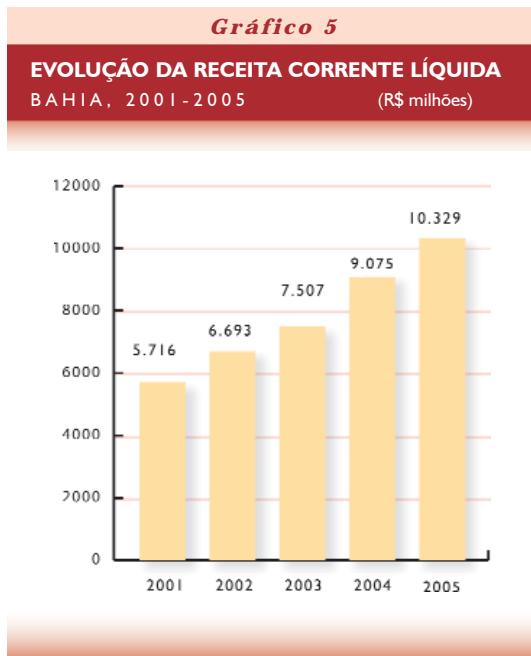
A Receita Corrente Líquida – RCL, que é a base para a apuração dos limites das despesas para fins de atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal,



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf



registrou um elevado crescimento ao longo dos últimos cinco anos, conforme a série histórica apresentada no Gráfico 5, o que evidencia a



determinação do Governo do Estado em manter crescentes os níveis de arrecadação.

Composição das Despesas Públicas

A despesa total do Estado da Bahia, no ano de 2005, foi de R\$ 14,3 bilhões. Em relação ao ano anterior, este montante representa um crescimento nominal de 10,7%. Excluído o efeito da inflação medida pelo IPCA, observa-se um crescimento real de 4,7%. As despesas correntes totalizaram R\$ 12,4 bilhões e as despesas de capital R\$ 1,9 bilhão. A Tabela 2 apresenta o balanço orçamentário da despesa para os exercícios de 2004 e 2005.

As despesas correntes correspondem aos gastos com a manutenção da máquina governamental, envolvendo as despesas com pessoal e custeio, bem como os gastos relativos às transferências aos municípios e os juros e encargos da dívida.

O crescimento nominal de 11,4% das despesas correntes, em relação ao exercício de 2004, deve-se, substancialmente ao crescimento de 11,5% nas despesas de pessoal e encargos, 10,3% nas transferências aos municípios, que variam em decorrência do aumento da arrecadação, e à variação positiva de 12,9% no item outras despesas correntes.

As despesas de capital são aquelas que contribuem diretamente para formação ou aquisição de bens de capital, como investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida pública. O Gráfico 6 apresenta a composição das despesas públicas para o exercício de 2005.

Tabela 2**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA**

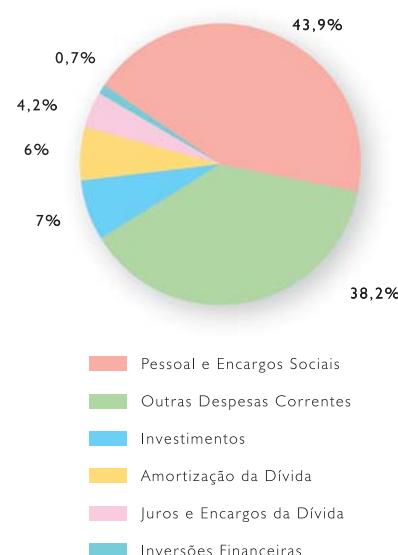
BAHIA, 2004/2005

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2005		REALIZADO (R\$ 1.000,00)		(%)	VARIAÇÃO (%)
	2005	2004	2005	2004		
Despesas Correntes	12.825.787	12.385.059	11.121.604	96,6	11,4	
Pessoal e Encargos Sociais	6.336.626	6.300.491	5.649.069	99,4	11,5	
Juros e Encargos da Dívida	602.064	598.150	568.712	99,3	5,2	
Outras Despesas Correntes	5.887.097	5.486.418	4.903.823	93,2	11,9	
Transf. Const. aos Municípios	2.134.139	2.090.197	1.894.368	97,9	10,3	
Outras Despesas Correntes	3.752.958	3.396.221	3.009.455	90,5	12,9	
Despesas de Capital	2.648.336	1.963.084	1.840.283	74,1	6,7	
Investimentos	1.691.738	1.009.579	861.057	59,7	17,2	
Inversões Financeiras	95.247	94.084	174.852	98,8	(46,2)	
Amortização da Dívida	861.351	859.421	804.374	99,8	6,8	
Reservas de Contingência	517	-	-	-	-	
TOTAL	15.474.640	14.348.143	12.961.887	92,7	10,7	

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Gráfico 6**COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS**

BAHIA, 2005



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Pessoal e Encargos – As despesas com pessoal e encargos sociais, em 2005, totalizaram R\$ 6,3 bilhões e corresponderam a 48,7% da RCL, atendendo aos limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme detalhamento apresentado na Tabela 3.

O incremento nas despesas de pessoal de 11,5% em relação a 2004, refletiu além do crescimento vegetativo da folha salarial, os aumentos diferenciados concedidos pelo Governo do Estado para as diversas carreiras do setor público, além da admissão de novos servidores concursados, a exemplo de auditores fiscais, professores e policiais.

Investimentos e Inversões Financeiras – Os investimentos governamentais no exercício de 2005 atingiram o montante de R\$ 1,1 bilhão, o que representa um crescimento de 6,5% em relação ao

Tabela 3**DESPESAS DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

BAHIA, 2005

PODER	VALOR (*)	PERCENTUAL REALIZADO	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
Executivo	4.160.927	40,28	46,17	48,60
Legislativo	209.120	2,02	3,23	3,40
Assembléia	112.549	1,09	1,83	1,93
TCE	60.392	0,58	0,86	0,90
TCM	36.179	0,35	0,54	0,57
Judiciário	500.781	4,85	5,70	6,00
Ministério Público	157.086	1,52	1,90	2,00
TOTAL	5.027.914	48,67	57,00	60,00

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

(*) Exclusive Funprev e inclusive Outras Despesas de Pessoal

RCL em 31/12/2005 = 10.329.111 mil

exercício de 2004. Do total dos investimentos realizados, 54% foram provenientes do Tesouro Estadual, 21,5% de recursos vinculados e de recursos próprios da administração indireta, 18,2% de operações de crédito e 6,3% de convênios firmados com órgãos federais.

Os investimentos aplicados em saúde, educação, habitação, saneamento, agricultura, energia e transporte representaram 68% do total destes gastos, o que demonstra a preocupação do

Governo do Estado em financiar ações voltadas diretamente à melhoria da qualidade de vida da população.

Aplicação de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou 30,4% nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, superando o limite constitucional mínimo de 25%. A aplicação de R\$ 2,6

Tabela 4**APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

BAHIA, 2004/2005

DESCRIPÇÃO	REALIZADO ATÉ O 3º QUADRIMESTRE (R\$ 1.000,00)			LIMITE CONSTITUCIONAL
	2005	2004		
Receita Líquida de Impostos	8.531.091	7.679.842		
Total da Despesa Aplicada para Fins de Limite Constitucional	2.597.242	2.245.139		
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	30,4%	29,2%		25,0%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

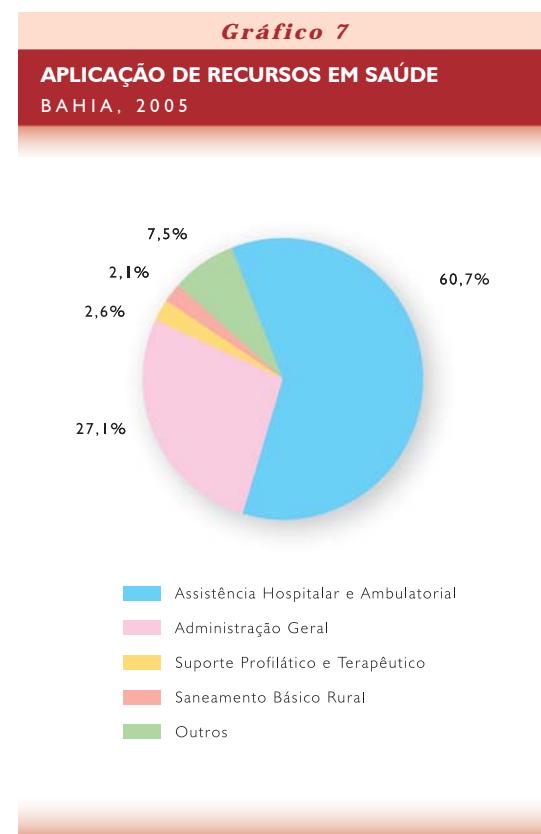
bilhões é resultado da política de transformação social através da educação, implementada nos últimos anos pelo Governo da Bahia (Tabela 4).

No ensino fundamental, a Bahia aplicou 75% dos recursos destinados à educação para assegurar a universalização de seu atendimento e a justa remuneração do magistério, montante superior ao limite constitucional de 60%.

A Bahia superou também, em quase duas vezes, a proporção constitucional de 60% dos recursos resarcidos pela União vinculados ao Fundef, aplicando 113,8% no pagamento dos professores do ensino fundamental, correspondendo a R\$ 473,5 milhões. Isso demonstra o apoio do Estado à política de valorização do professor no efetivo exercício do magistério.

Aplicação de Recursos em Ações e Serviços

de Saúde – Os gastos governamentais com ações e serviços públicos de saúde atingiram, no ano de 2005, o montante de R\$ 1 bilhão, o que corresponde a 12,2% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências, superior, portanto, ao limite estabelecido de 12%, conforme a Tabela 5 e o Gráfico 7.



Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de

Tabela 5

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

BAHIA, 2004/2005

DESCRIÇÃO	REALIZADO ATÉ O 3º QUADRIMESTRE		LIMITE CONSTITUCIONAL
	2005	2004	
Receita Líquida de Impostos	8.531.091	7.679.842	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.036.372	930.678	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	12,2%	12,1%	12,0%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Dívida Pública – O Governo da Bahia vem mantendo o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, visando assegurar o equilíbrio das contas públicas.

A dívida consolidada do Estado em 2005 correspondeu a R\$ 12,5 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões referentes à dívida consolidada líquida – deduzida do ativo financeiro – equivalendo a 1,17 vez a Receita Corrente Líquida – RCL, mantendo-se assim dentro do limite estabelecido pelo Senado Federal, pelo qual a dívida consolidada deve ser de até 2,0 vezes a RCL.

A Tabela 6 demonstra a tendência de redução na relação entre a dívida consolidada líquida e a receita

Tabela 6
**RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA
LÍQUIDA/RCL**
BAHIA, 2003–2005

ANO	DÍVIDA/RCL
2003	1,63
2004	1,42
2005	1,17

Fonte: SEFAZ/SAF/Dicop

corrente líquida nos últimos três anos, resultado do compromisso do Governo da Bahia com a manutenção do equilíbrio das contas públicas.

Em 2005 o dispêndio orçamentário com a dívida somou R\$ 1,5 bilhão, sendo R\$ 598,2 milhões referentes a juros e encargos e R\$ 859,4 milhões de amortização do principal. No final do exercício, o prazo médio da dívida pública era de 15 anos e taxa média de juros de 5,78% a.a., conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7
EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS
BAHIA, 1999–2005

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
DÍVIDA EXTERNA							
Prazo Médio	15,0	14,5	14,4	14,0	13,4	12,6	11,7
Juros Médios	6,07%	5,83%	5,55%	5,03%	4,70%	4,31%	4,20%
DÍVIDA INTERNA							
Prazo Médio	19,3	17,5	17,1	16,8	16,6	16,3	15,6
Juros Médios	6,01%	5,99%	5,98%	5,82%	5,73%	6,03%	6,06%
DÍVIDA TOTAL							
Prazo Médio	18,8	17,2	16,8	16,2	16,0	15,7	15,0
Juros Médios	6,00%	5,97%	5,95%	5,66%	5,54%	5,73%	5,78%

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepub

Obs.: (1) Critério adotado através das médias ponderadas dos saldos devedores

(2) Prazo em anos e taxa de juros anual

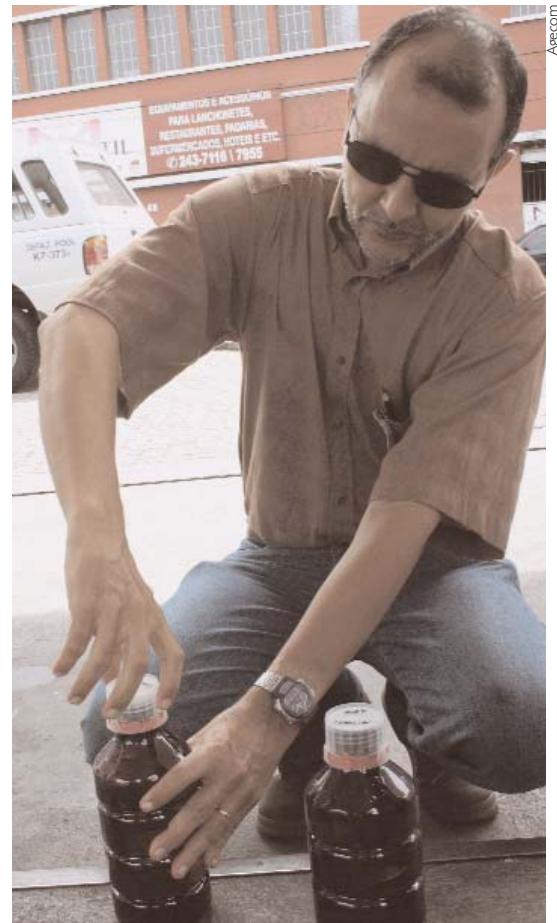
Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. Em 2005, a Bahia obteve o resultado primário de R\$ 896,2 milhões, cujo cálculo está demonstrado na Tabela 8. Este valor foi superior em 64,1% à meta estabelecida no orçamento, que foi de R\$ 546 milhões.

Vale destacar que a Bahia cumpriu todas as metas pactuadas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Longo Prazo firmado com a União, êxito que vem se repetindo desde 1998. Da mesma maneira, a adoção de uma gestão responsável das finanças públicas permite que o Estado permaneça enquadrado em todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal desde a promulgação desta lei em 2000.

Gestão Organizacional

Para melhorar o desempenho das atividades de atendimento, fiscalização e cobrança, foram dis-



Fiscalização de combustível

Tabela 8

RESULTADO PRIMÁRIO			
BAHIA, 2004/2005		2005	
RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ATUALIZADA 2005	RECEITAS REALIZADAS	
Receitas Fiscais Correntes	14.183.504	13.760.196	12.395.661
Receitas Fiscais de Capital	179.039	26.544	169.085
Receitas Fiscais	14.362.543	13.786.740	12.564.746
DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO 2005	DESPESAS LIQUIDADAS	
Despesas Fiscais Correntes	12.223.723	11.786.909	10.549.779
Despesas Fiscais de Capital	1.786.985	1.103.663	1.033.734
Reserva de Contingência	517	-	-
Despesas Fiscais	14.011.225	12.890.572	11.583.513
RESULTADO PRIMÁRIO	351.318	896.168	981.233

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

ponibilizadas novas instalações para o funcionamento da Diretoria de Administração Tributária da Região Metropolitana de Salvador, implantando-se uma inovadora estrutura organizacional, com mudanças significativas na forma de realizar as referidas atividades. A atividade de fiscalização dos contribuintes passou a ser implementada segundo os diversos tipos de atividades econômicas e portes das empresas. Nesse sentido, foram criadas novas inspetorias especializadas nos segmentos de atacado, varejo, indústria e serviços. A partir desta medida inaugura-se um novo modelo de gestão do universo de contribuintes, que deverá repercutir positivamente nos resultados quanto à arrecadação tributária.

Em 2005, o atendimento ao contribuinte na Região Metropolitana de Salvador ficou mais ágil e eficiente com a implantação de oito inspetorias fazendárias nos postos do Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC de Lauro de Freitas, de Simões Filho, de Camaçari, do Comércio, dos shoppings Barra, Iguatemi e Liberdade, e também da Inspeção do Iguatemi.

Foi criada também a Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis, cuja finalidade é proceder a fiscalização de estabelecimentos, a investigação de fraudes, o combate à sonegação e adulteração de combustíveis e reduzir os conflitos na aplicação da legislação tributária, relativos ao segmento de petróleo e combustíveis, o qual representa uma grande parcela da arrecadação do ICMS.

Objetivando atender à determinação da Emenda Constitucional nº 42, que estabelece o compartilhamento de informações econômico-financeiras entre as três esferas de governo, a SEFAZ, jun-

tamente com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, implantou o Cadastro Sincronizado Nacional. Esse sistema permite mais agilidade e menos burocracia na abertura de novas empresas através do compartilhamento de cadastros de contribuintes com a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Visando tornar mais eficiente e menos burocrático o controle dos gastos públicos foi implementada a Nota Fiscal Eletrônica, projeto também conhecido como Compra Legal. A partir de janeiro de 2005, nas compras de mercadorias pelo Estado e pelas Prefeituras, as empresas fornecedoras devem emitir a nota fiscal no site da SEFAZ. Essa medida elimina a possibilidade do uso de notas fiscais irregulares nessas transações, ao tempo em que combate a sonegação tributária.

Ainda na área tributária, o Regime Simplificado de Apuração do ICMS – Simbahia, com a nova Lei nº 9.522, de 21/06/2005, ampliou a faixa de isenção das microempresas, bem como aumentou o limite para enquadramento de empresas neste regime especial. A medida beneficiou quase 100 mil contribuintes, colaborando também para retirar grande quantidade de empresas da informalidade, além de representar uma redução de 64% da carga tributária para os novos enquadrados como microempresa e em até 25% das empresas de pequeno porte.

Também foi reduzida em 20% a carga tributária de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, e concedida a isenção da alíquota do imposto nos itens da cesta básica, como arroz, feijão, sal de cozinha, fubá de milho e farinha de milho, além da redução de 17% para 7% nas alíquotas do charque, da margarina e do vinagre.

Em 2005, mais uma vez o Governo da Bahia mostrou-se como organização de vanguarda no setor público, inaugurando a primeira Universidade Corporativa do Serviço Público – UCS (Unidade Fazenda). Trata-se de um complexo de treinamento e capacitação, no qual já estão em andamento atividades ligadas ao desenvolvimento organizacional e à gestão do conhecimento. A UCS nasce, assim, com o objetivo de promover, coordenar e executar ações de capacitação, desenvolvimento e avaliação do quadro de pessoal, estendendo também sua atuação a outros elementos que interagem com a organização: cidadãos, fornecedores e parceiros.

Em julho de 2005 foi realizada a primeira avaliação de desempenho funcional dos servidores do Grupo Fisco, constituindo-se em importante ação integrante do Sistema de Gestão de Desempenho – Gdfisco, objetivando, basicamente, desenvolver no Estado a cultura do mérito por desempenho, agregando valor à organização e aos indivíduos que dela fazem parte, bem como ao cidadão-usuário dos serviços públicos.

Tem-se investido significativamente no uso da tecnologia da informação para melhoria do atendimento ao contribuinte, o que a fez conquistar o VI Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, na categoria "Serviços Públicos". Essa premiação reflete o empenho do Governo do Estado em fortalecer os canais de comunicação com o cidadão, prestando serviços de qualidade.

O Call Center recebeu em 2005 mais de 442.780 ligações. O site da SEFAZ na web registrou, nesse período, mais de 4,3 milhões de visitas e o serviço de atendimento ao usuário recebeu mais de 15 mil

mensagens, respondidas em até 48 horas. Ainda no site da SEFAZ, em 2005, foram acrescentados mais quatro novos serviços à disposição dos usuários.

No tocante à Auditoria Geral do Estado – AGE, foram feitas alterações na sua estrutura organizacional, criando-se subcoordenações especializadas. Foram definidas áreas de atuação da AGE, compatibilizando-as com as áreas de interesse governamental: Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Econômico, Preservação do Meio Ambiente, Infra-estrutura e Logística, e Gestão Governamental. Em 2005 a AGE pôde contar com o reforço de 18 novos auditores fiscais, aprovados em concurso realizado mais recentemente.

Dentre outras ações realizadas pela AGE, com vistas ao fortalecimento da atividade da auditoria governamental, cita-se ainda o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Auditoria – Siga, e concluído o protótipo do Módulo de Gestão. A AGE iniciou o desenvolvimento de seu Projeto de Modernização e Fortalecimento do Controle Interno, utilizando recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, devendo contemplar os demais órgãos de controle da administração direta e indireta do Poder Executivo.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA SEFAZ – PROMOSEFAZ

A SEFAZ, em 2005, deu continuidade, com investimento intensivo, à modernização do seu parque tecnológico, adquirindo novos equipamentos e software, com o objetivo de utilizar a tecnologia da

informação como diferencial estratégico e agente de transformação em várias ações e projetos.

Para atender às demandas do redesenho de processos na área financeira, foi iniciado o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Planejamento e Finanças – SGPF, que irá substituir alguns sistemas atualmente utilizados, tendo como principal objetivo dar suporte aos processos das áreas de planejamento e finanças do Estado da Bahia, através da plena integração entre seus módulos e da utilização de novos recursos tecnológicos. Como resultado, a administração pública estadual deverá obter maior controle, agilidade e transparência nas ações relativas a tais processos.

A política de promoção da qualidade do gasto público vem sendo desenvolvida com o foco na capacitação dos servidores da administração direta e indireta, assim como dos empregados das empresas públicas e de economia mista, envolvidos com a gestão financeira e orçamentária do Estado. Em 2005, a SEFAZ investiu, no Programa de Capacitação da Área Financeira – Procafe, o montante de R\$ 643 mil, representando 78% do investimento total da SEFAZ em capacitação.

Na área tributária, encontra-se na fase final o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – Sigat, cujo objetivo é melhorar o gerenciamento e controle da arrecadação, do crédito tributário e da cobrança. O sistema substituirá os atuais sistemas corporativos que operam na tecnologia de mainframe, proporcionando significativas vantagens comparativas, tais como: disponibilidade de mais serviços ao contribuinte via web; maior facilidade de integração com

outros sistemas; melhores informações para tomada de decisão, facilidade de manutenção e redução de custos. O módulo de arrecadação foi implantado no mês de outubro e a conclusão do sistema está prevista para o primeiro semestre de 2006.

O contrato de financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – Pnaf, com suporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, onde o Promosefaz está inserido, possui um orçamento de R\$ 79,1 milhões e já foram executados R\$ 78 milhões, correspondendo a 98,6% de execução. Levando-se em consideração que o prazo final do programa foi adiado para abril de 2006, a plena utilização dos recursos deve ser atingida.

Não obstante o êxito alcançado ao longo dos últimos anos pelo Promosefaz, há de se reconhecer que ainda existem outros objetivos a serem alcançados e, para tanto, foi iniciado o processo de contratação de uma nova operação de crédito para dar continuidade ao processo de modernização da gestão fiscal do Estado. As negociações com o BID foram desenvolvidas em 2005, quando a SEFAZ recebeu três missões, com a participação de equipes técnicas do banco, que propiciaram resultados positivos para a elaboração da proposta de um novo empréstimo. A nova operação deve ser aprovada até o final do primeiro semestre de 2006.

EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA – PET-BAHIA

O Programa de Educação Tributária – PET-BA, vem se consolidando como o principal instrumento do

Governo do Estado para conscientizar o consumidor baiano sobre a importância e função social dos tributos.

Para alcançar seu público-alvo, o programa vem implementando ações de cunho educativo, que estimulam a exigência da nota ou cupom fiscal e despertam a consciência da função social dos tributos vinculada à prática da cidadania e da promoção da inclusão social.

Às vitoriosas ações criadas anteriormente, e ainda mantidas, tais como os projetos Sua Nota é um Show, Sua Nota é um Show de Solidariedade e o Faz Universitário, somou-se, neste ano de 2005, uma importante parceria das Secretarias da Fazenda, da Educação e da Receita Federal, criando-se o Projeto de Educação Fiscal nas Escolas – Pefe, integrando-o ao PET-BA, com o objetivo de conscientizar os jovens estudantes baianos sobre a função socioeconômica dos tributos.

Sua Nota é um Show

Em 2005, o Projeto sua Nota É um Show apresentou resultados bastante significativos, com expressiva adesão da sociedade. O número de notas e/ou cupons fiscais arrecadados já atingiu o total de 7.634.310 unidades, com 31 shows realizados, sendo dois destes na cidade de Feira de Santana, numa iniciativa do Governo do Estado em democratizar o acesso do público residente no interior a este tipo de evento.

Nos diversos shows realizados, o projeto atingiu um público de 179 mil pessoas. As atrações foram

artistas de renome nacional, que dividiram o mesmo palco com os talentos da música baiana.

Em 2005, este projeto apoiou o campeonato baiano de futebol profissional, com a realização de 123 jogos, os quais atraíram um público de 534.431 mil pessoas, resultando numa arrecadação de 5.344.310 de notas e/ou cupons fiscais.

Cabe ainda registrar que, através do Projeto Sua Nota é um Show, os alunos da rede pública do ensino médio e fundamental foram beneficiados na VII Bienal do Livro, com 50 mil bônus "vales-livro", obtidos pela troca de 500 mil notas e cupons fiscais.

Sua Nota é um Show de Solidariedade

Este projeto, fruto da parceria entre a SEFAZ, Secretaria de Saúde – SESAB, Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS e Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, manteve o compromisso de apoiar, através de doação pela sociedade



Sua Nota é um Show – Margareth Menezes no TCA

de notas e/ou cupons fiscais às instituições não-governamentais vinculadas às áreas de saúde e de assistência e promoção social, propiciando às entidades participantes o seu aparelhamento através da aquisição de equipamentos e bens duráveis, bem como da aquisição, construção e reforma de imóveis, além do pagamento das despesas com água e energia elétrica.

Em 2005 foram realizadas duas etapas, que resultaram em duas solenidades, uma em Salvador e outra em Feira de Santana, quando foram distribuídos para as instituições classificadas o valor de R\$ 5,4 milhões em prêmios, que corresponderam a um total de trocas de 102 milhões de notas e/ou cupons fiscais arrecadados.

Desde sua criação, em 1999, o projeto já beneficiou cerca de 1.200 instituições, distribuídas em 160 municípios no Estado da Bahia.

Projeto de Educação Fiscal nas Escolas

O Projeto de Educação Fiscal nas Escolas, no ano de 2005, atingiu metas importantes do seu planejamento. Foram feitas visitas às escolas-piloto para apresentação do projeto e sensibilização de professores. Uma coleção de dez fascículos, com os temas a serem abordados pelos professores em sala de aula, já foi elaborada e publicada. Os temas versam sobre a relação entre Estado e sociedade, importância dos tributos, patrimônio público, cidadania, gestão dos recursos públicos e outros correlatos.

Em agosto e setembro de 2005 ocorreu a capacitação presencial de 226 professores. Paralela-

mente, houve o Curso de Educação Fiscal à Distância, promovido pela Escola de Administração Fazendária – Esaf, com a disponibilização de 160 vagas para a Bahia. A expectativa é de que os professores treinados apliquem os conteúdos absorvidos de forma transversal, na sala de aula, visando despertar a consciência dos jovens estudantes do ensino médio quanto à importância socioeconômica dos tributos e mobilizá-los para uma postura mais participativa junto à administração pública.

Faz Universitário

O projeto Faz Universitário, em 2005, propiciou a 914 alunos aprovados em vestibular e oriundos da rede pública estadual o acesso e a permanência em instituições de ensino superior, através da concessão de bolsas de estudo integrais.

Este projeto é resultado da parceria entre a SEFAZ, a Secretaria da Educação – SEC, as instituições de ensino superior e as empresas contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, e já beneficiou, desde a sua criação, 3.434 alunos. Em 2005, 159 alunos foram graduados com bolsas concedidas pelo Faz Universitário.

Para consolidar o sucesso do Faz Universitário, o Governo do Estado vem desenvolvendo ações no sentido de buscar patrocinadores que desejarem praticar a responsabilidade social, contribuindo com 20% do valor da mensalidade após o desconto concedido pela instituição de ensino superior e os 80% do custo das bolsas, pagos através do ICMS devido ao Estado, a título de benefício fiscal.

Em 2005, como resultado dessas ações, o Faz Universitário atingiu um total de 37 empresas parceiras.

Pelos expressivos resultados alcançados, o Faz Universitário obteve também importante reconhecimento em 2005, ao ser premiado com o "Top Social" na categoria "Comunidade", numa premiação realizada pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing da Bahia – ADVB-BA. O prêmio "Top Social" tem como objetivo premiar os programas e as ações que incorporam o conceito de responsabilidade social das organizações que atuam na Bahia.

O Volume I deste relatório apresenta outras informações sobre o Faz Universitário no capítulo Educação: Universalização e Qualidade.

CARTEIRA DE FINANCIAMENTO EXTERNO E INTERNO

No exercício de 2005, a carteira de financiamento externo contou com um volume de recursos da ordem de US\$ 1,3 bilhão, dos quais já foram aplicados US\$ 689 milhões, sendo US\$ 100,2 milhões em 2005. A carteira conta com 15 projetos, sendo que três foram concluídos, oito se encontram em fase de execução – entre os quais o projeto de Modernização do Sistema de Segurança Pública, assinado em setembro de 2005 e o Programa de Combate à Pobreza no Interior do Estado da Bahia – Produzir II – Fase II, assinado em dezembro – e quatro estão em fase de negociação, conforme a Tabela 9. Encontra-se na fase de pré-negociação o financiamento do projeto de recuperação de

Tabela 9

CARTEIRA DE PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS BAHIA, 2005

PROJETO	AGENTE	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL DO FINANCIAMENTO (US\$ 1.000,00)	VALOR DA CONTRAPARTIDA (US\$ 1.000,00)	VALOR TOTAL (US\$ 1.000,00)
Concluído				245.350	161.909	407.259
Gerenciamento de Recursos Hídricos – PGHRH	Bird	mar/98	set/05	51.000	34.000	85.000
Programa de Combate à Pobreza no Interior Estado da Bahia – Produzir II – Fase I	Bird	jan/02	jun/05	54.350	19.505	73.855
Desenvolvimento Turístico do NE – PRODETUR/BA I	BID	dez/94	jun/05	140.000	108.404	248.404
Em Execução				432.680	245.401	678.081
Reorganização do Sistema Estadual de Saúde	Bird	nov/03	set/07	30.000	20.000	50.000
Projeto de Educação do Estado da Bahia – Fase II	Bird	jan/04	jun/06	60.000	40.000	100.000
Integração Corredores Rodoviários – PCR II	BID	dez/99	dez/06	146.000	98.000	244.000
Desenvolvimento Turístico do NE – Prodetur/BA II	BID	dez/04	dez/07	39.000	26.000	65.000

continua

conclusão da Tabela 9

PROJETO	AGENTE	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL DO FINANCIAMENTO (US\$ 1.000,00)	VALOR DA CONTRAPARTIDA (US\$ 1.000,00)	VALOR TOTAL (US\$ 1.000,00)
Modernização e Racionalização da Administração Tributária Estadual	BID	set/97	dez/05	15.000	20.469	35.469
Desenvolvimento do Rio Gavião	Fida	ago/96	jun/06	18.330	20.282	38.612
Modernização do Sistema de Segurança Pública	Expansion	set/05		70.000	-	70.000
Programa de Combate à Pobreza no Interior do Estado da Bahia – Produzir II – Fase II	Bird	-	-	54.350	20.650	75.000
Em Negociação				101.296	81.531	182.827
Viver Melhor II (Fase I)	Bird	-	-	49.296	32.864	82.160
Fortalecimento da Atividade Empresarial	BID	-	-	10.000	6.667	16.667
Projeto de Modernização da Gestão Fiscal Estadual	BID	-	-	12.000	12.000	24.000
Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais – Prodecar	Fida	-	-	30.000	30.000	60.000
TOTAL				779.326	488.841	1.268.167
Em Pré-Negociação				100.000	100.000	200.000
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias no Estado da Bahia – Premar	Bird	-	-	100.000	100.000	200.000

Fonte: SEPLAN/SPF/Diretoria de Operações de Cooperação Financeira Externa

estradas baianas, que será executado através do Programa Integrado de Restauração e Manutenção de Rodovias – Premar.

A carteira de financiamento interno, detalhada na Tabela 10, conta com um volume de recursos contratados da ordem de R\$ 517,5 milhões,

Tabela 10

CARTEIRA DE PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS INTERNOS

BAHIA, 2005

PROGRAMA/ MODALIDADE EM EXECUÇÃO	AGENTE FINANCEIRO	ANO DO CONTRATO	VALOR DO PROJETO (R\$ 1.000,00)		TOTAL
			FINANCIAMENTO	CONTRAPARTIDA	
Empréstimo			396.531	63.497	460.028
Pró-Moradia	CEF	2002	50.897	14.356	65.253
Pró-Saneamento	CEF	2002	115.635	21.369	137.004
Pró-Moradia	CEF	2004	70.035	7.781	77.816
Pró-Saneamento	CEF	2004	159.964	19.991	179.955
Repasse (*)			43.205	14.252	57.457
Habitar Brasil/BID – Alagados IV e V (1ª etapa)	CEF	2001	8.618	3.050	11.668
Saúde e Cidadania II	BNDES	2004	6.500	2.500	9.000
Habitar Brasil/BID IV e V (2ª etapa)	CEF	2004	9.966	2.884	12.850

continua

conclusão da Tabela 10

PROGRAMA/ MODALIDADE	AGENTE FINANCEIRO	ANO DO CONTRATO	VALOR DO PROJETO (R\$ 1.000,00)		TOTAL
			FINANCIAMENTO	CONTRAPARTIDA	
Habitar Brasil – BID – Alagados VI I ^a etapa	CEF	2004	9.000	4.906	13.906
Min. Saúde – Funasa – Saneamento	Funasa /BB	2004	9.121	912	10.033
EM NEGOCIAÇÃO					
Empréstimo			102.603	25.651	128.254
Rodovia Itabuna–Ilhéus (BR-415)	BNDES	2004	102.603	25.651	128.254
Repasse (*)			71.449	24.481	95.930
Habitar Brasil/BID – Alagados VI-2 ^a etapa	CEF	2004	7.566	3.234	10.800
Recuperação dos Fortes	CEF	2004	18.743	3.308	22.051
Min. Saúde – Funasa – Cont. Doença de Chagas (**)	Funasa / BB	2005	31.230	13.384	44.614
Resolução 460 – (complem. Alagados IV, V e VI)	CEF	2005	4.310	2.155	6.465
Rememorar II	CEF	2004	9.600	2.400	12.000
TOTAL			613.788	127.881	741.669

Fonte: SEPLAN/SPF/Diretoria de Captação de Recursos Internos

(*) A Fundo Perdido

(**) Valores para 2006/2007

financiados pela Caixa Econômica Federal – CEF e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com contrapartida estadual, sendo que, deste total, R\$ 57,5 milhões correspondem a fundo perdido. Estão em negociação com a CEF, o BNDES, a Fundação Nacional de Saúde – Funasa/Banco do Brasil e o Ministério da Cultura outros projetos com valor de recursos previstos da ordem de R\$ 224,2 milhões, sendo que, deste total, R\$ 95,9 milhões são de repasse a fundo perdido. Esses investimentos serão aplicados nas áreas de habitação, saneamento básico, recuperação de monumentos históricos e recuperação de rodovias. No total, a carteira de financiamento interno atinge a cifra de R\$ 741,7 milhões, dos quais, R\$ 240,1 milhões já foram aplicados em projetos de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento básico, sendo R\$ 122,4 milhões em 2005.

PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – PPP

Instituído pela Lei 9.290 de 27 de dezembro de 2004, o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia – PPP, será realizado através de contratos administrativos de concessão, celebrados entre a administração pública e entidades privadas, com vigência não inferior a cinco nem superior a 35 anos, através do qual o agente privado participa da implantação e do desenvolvimento da obra, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração ou da gestão, total ou parcial, das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos.

Na estrutura organizacional da SEFAZ foi criada a Secretaria Executiva das Parcerias Públíco-

Privadas, vinculada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. Em 2005 deu-se início às atividades de planejamento e implantação de um novo modelo para a formulação dos projetos, devendo ser a Bahia o primeiro Estado da Federação a promover investimentos em infra-estrutura, dentro da inovadora filosofia das PPPs.

Também em 2005, foi iniciado o processo de

implantação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, que contemplará a construção de uma estação de condicionamento prévio, situada na Avenida Jorge Amado, na Boca do Rio, e atenderá a uma população estimada de 1,9 milhão de habitantes. Este deverá ser o primeiro grande investimento feito através de uma parceria público-privada, sendo a Bahia mais uma vez pioneira no cenário nacional.

